

HABEAS CORPUS Nº 509.123 - MG (2019/0129111-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : CRISTIANE KERCIA FERREIRA DIAS MARRA
ADVOGADO : CRISTIANE KERCIA FERREIRA DIAS MARRA -
MG114852
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOAO VICTOR DE PAULA CASTRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOAO VICTOR DE PAULA CASTRO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que negou provimento ao recurso de apelação, por acórdão assim ementado (fl. 10):

PENAL - TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS - ABSOLVIÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS.

- A definição típica do artigo 33 da Lei nº. 11.343/06 é de conteúdo variado, prevendo diversas condutas como forma de um mesmo crime.

- A apreensão de droga que as agentes traziam consigo, diante das circunstâncias fáticas e da prova testemunhai produzida, constituem elementos suficientes para manutenção da condenação pelo delito do artigo 33 da Lei nº. 11.343/06.

PENAS-BASE - REDUÇÃO - INVIABILIDADE.

- No delito de tráfico de drogas, a fixação da pena-base deve considerar a natureza e a quantidade da substância apreendida, bem como a personalidade e a conduta social do agente, nos moldes do artigo 59 do Código Penal e artigo 42 da Lei nº. 11.343/06.

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE - SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVAS DE DIREITOS - IMPROVIMENTO - NÃO PREECHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS.

- Inviável a substituição da pena privativa de liberdade, se as circunstâncias do crime e a quantidade de pena fixada indicam a insuficiência de tais medidas, nos termos do artigo 44 do Código Penal Brasileiro.

O paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006, à pena de 6 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 660 dias-multa.

O impetrante busca que a execução provisória seja obstada, impedindo-se o início, sob o argumento de que não há fundamento válido para tanto.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para *impedir o prosseguimento do cumprimento antecipado da pena* (fl. 8).

A liminar foi indeferida. (fls. 24/25)

As informações foram prestadas. (fls. 29/47 e 49/51)

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus*. (fls. 53/56)

É o relatório.

DECIDO

A Sexta Turma desta Corte, ao apreciar os EDcl no REsp 1.484.413/DF e no REsp 1.484.415/DF, na sessão de 3/3/2016, adotou a orientação firmada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 122.292/MG, de 17/2/2016) no sentido de que a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não viola o princípio constitucional da presunção de inocência.

Os fundamentos do voto condutor do acórdão no Supremo Tribunal Federal, de relatoria do Ministro Teori Zavascki, encontram-se sintetizados na seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. 1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. 2. Habeas corpus denegado (HC 126292, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/02/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-100 de 17-05-2016).

Em recente julgado, ocorrido em 5/10/2016, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, apreciando medida cautelar nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, por maioria, reafirmou o entendimento da possibilidade de execução provisória da pena, **na ausência de recurso com efeito suspensivo**.

Conquanto, recentemente, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal tenham se pronunciado pela necessidade de fundamentação nas hipóteses em que o réu respondera ao processo em liberdade, não houve decisão do plenário nesse sentido, prevalecendo o entendimento acima esposado.

Assim, exaurida a instância ordinária e, na pendência de recursos especial ou extraordinário, somente casuísticos efeitos suspensivos concedidos – por cautelar ou *habeas corpus* –, impedirão a execução provisória, ainda que

concedido o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

Ressalto que esta Corte permanece cumprindo a decisão mencionada do precedente do plenário da Suprema Corte, inobstante as fortes razões em contrário contidas em decisões da segunda turma daquela egrégia Corte - dispensada indicação casuística de necessidade da cautelar, pois assim não exigida pelo precedente aqui seguido.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

